

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , DE 2014.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 58, III, da Constituição Federal combinado com o art. 24, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne adotar as providências necessárias no sentido de convocar o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário para comparecer à Audiência Pública a ser realizada nesta Comissão, com vista a prestar esclarecimentos sobre as irregularidades no Programa Garantia-Safra de acordo com Relatório do Tribunal de Contas da União – TCU, fatos relatados em matéria divulgada pela Folha de S. Paulo, em 7/03/2014.

JUSTIFICAÇÃO

A seguir transcrevemos a matéria publicada pela Folha de S. Paulo, em 7/03/2014, intitulada “Políticos e donos de carros de luxo ganham verba antisseca” em sua íntegra:

“Políticos e donos de carros de luxo ganham verba antisseca

Relatório do TCU aponta irregularidades no programa federal Garantia-Safra

Dinheiro que deveria ajudar agricultores pobres beneficiou 66 mil irregularmente em 2012 e 2013, diz órgão DIMMI AMORADE BRASÍLIA

Donos de veículos de luxo, vereadores e até um prefeito receberam verbas de um programa federal criado para socorrer pequenos agricultores prejudicados pela seca no semiárido nordestino.

Essas são algumas das irregularidades apontadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União) no Garantia-Safra, programa gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário que distribuiu R\$ 1 bilhão em 2013.

Trata-se de uma espécie de bolsa paga pelo governo quando há problemas climáticos que impedem a colheita na região mais seca do Nordeste. No ano passado, cerca de 1,2 milhão de famílias de pequenos agricultores receberam R\$ 850 cada, segundo o ministério. Para receber o benefício, o agricultor tem que ter renda familiar de até 1,5 salário mínimo, além de preencher outros requisitos como, por exemplo, um tamanho máximo da propriedade. O cadastro é

feito pelas prefeituras que aderem ao programa e os agricultores recebem o dinheiro em bancos públicos.

Os técnicos do TCU cruzaram as listas de beneficiários do programa entre 2012 e 2013 com outras bases de dados do governo federal e encontraram cerca de 35 mil cadastros com irregularidades em 2012 e outros 31 mil em 2013.

Segundo o órgão de controle, em 2013, cerca de 6.100 pessoas que ganhavam mais de 1,5 salário mínimo receberam o benefício. Outras 10,3 mil pessoas que têm algum vínculo com o poder público, entre eles um prefeito, um vice-prefeito e cinco vereadores, também receberam.

Os nomes e municípios não foram informados pelo relatório do TCU. As pessoas com cadastros considerados irregulares receberam, ao todo, R\$ 66 milhões.

O TCU também encontrou 135 mil beneficiários proprietários de veículos. A maioria tem motocicletas, mas o órgão determinou que esses cadastros sejam investigados porque, entre os que receberam a verba federal, há também donos de carros de luxo como Tucson, Pajero e Hilux.

Os técnicos do TCU elogiam o programa no relatório dizendo que ele representa "uma evolução positiva das práticas anteriormente existentes de clientelismo e assistencialismo no combate à seca", mas afirmam que seu planejamento é falho e que o ministério não tem pessoal e meios adequados para controlar o cadastro.

O relator do processo, ministro José Múcio Monteiro, determinou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que cuida do cadastro, inicie um processo de análise do sistema, exclua beneficiários irregulares e cobre de volta os recursos pagos a quem não poderia receber.

OUTRO LADO

O ministério do Desenvolvimento Agrário informou, por meio de nota, que União, Estados e municípios têm responsabilidades no programa e que "auditorias externas e os acompanhamentos internos são razão de aperfeiçoamento de procedimentos e melhora na gestão, com mais eficiência e transparência".

Irregularidades no Garantia-Safra

Receberam auxílio indevido do governo (em 2013)

6.110 pessoas com renda superior a 1,5 salário mínimo

10.394 funcionários municipais ou estaduais

185 funcionários do governo

2.639 mortos

7 prefeitos, vices ou vereadores

Há 17.524 outros casos de situação irregular."

Sala das Sessões, de março de 2.014.

Deputado Raimundo Gomes de Matos
PSDB/CE